

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DO DNIT DE 2023

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e três, com início às onze horas e dez minutos, na Sede do DNIT em Brasília/DF, realizou-se a Décima Primeira Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada do ano de 2023, sob a presidência do Senhor Fabricio de Oliveira Galvão – Substituto dos Diretores Geral e Executivo. Estiveram presentes as Senhoras Fernanda Gimenez Machado Faé – Diretora de Administração e Finanças Substituta; Karoline Brasileiro Quirino Lemos – Diretora de Infraestrutura Aquaviária; e os Senhores Bruno Vendramini dos Santos – Diretor de Planejamento e Pesquisa Substituto; Eloi Angelo Palma Filho – Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto. Como convidados, participaram as Senhoras Meire Cristina Cabral de Araújo Silva – Corregedora do DNIT; Lídia Lopes Martins – Analista em Infraestrutura de Transportes; e os Senhores Prudêncio Alves da Silva – Procurador-Chefe Substituto da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT; Irasmon Gomes de Melo – Auditor do DNIT; João Marcelo Lima de Andrade – Ouvidor Substituto do DNIT; Arthur Kelsen de Oliveira Macêdo – Coordenador-Geral de Integridade Substituto; Leonardo Roberto Perim – Gerente de Projetos e Ordenador de Despesas Substituto do DNIT; e Willian Benke Afonso – Assessor Técnico da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, representando essa Diretoria. Antes de iniciar os assuntos constantes em pauta, o Senhor Fabricio Galvão perguntou se havia algum outro tema a ser tratado antes, quando se manifestou a Senhora Meire Cristina Cabral de Araújo Silva e disse que as áreas de instância de integridade do DNIT, representadas pela Corregedoria, Coordenação-Geral de Integridade e Auditoria gostariam de apresentar um relato sintético de ação de integridade a respeito dos levantamentos e atos preventivos, ocorridos após a Operação Policial Ptolomeu III, deflagrada no dia 09 de março de 2023, que redundou no afastamento de um dos Diretores da Autarquia de suas funções públicas - o Diretor e servidor do DNIT Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, na execução de mandado de busca e apreensão na sede da Superintendência Regional no estado do Acre. Esclareceu que esse tem sido o procedimento padrão adotado nas circunstâncias em que tais Operações Policiais envolvam a Autarquia. Aproveitou o ensejo para trazer ao conhecimento dos presentes alguns números relativos às ações da Corregedoria já do ano de 2023, especificamente quanto a penalidades decorrentes de processos de responsabilização de servidores, os quais ensejaram em demissões, cassações de aposentadoria, sindicância patrimonial etc. e convidou os participantes à reflexão sobre os achados e ao estado de alerta, a serem disseminados para todos os servidores do DNIT, dado os recentes fatos ocorridos. E, chamou à atenção e à cautela quanto às condutas que podem implicar em consequências não satisfatórias tanto para a Autarquia, quanto para os servidores envolvidos, apontando a importância de conhecer o trabalho das instâncias de Integridade para minimizar os efeitos e assegurar os atos realizados no exercício das funções e atividades desenvolvidas pela força de trabalho do DNIT. Nesse sentido, afirmou que os representantes dessas instâncias – ela e a Senhora Lídia Lopes Martins e os Senhores Arthur Kelsen de Oliveira Macedo e Irasmon Gomes de Melo - reportariam ao Colegiado as ações preventivas realizadas no âmbito da Superintendência Regional no estado do Acre. Informou que os meios de comunicação e nota emitida pela Associação dos Engenheiros do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – AEDNIT, em 10 de março de 2023, noticiaram que a razão do afastamento do Diretor de Planejamento e Pesquisa envolveu assinatura de um anteprojeto. A Corregedora disse que receberam informalmente cópia da Nota Técnica nº. 931/2022/NAE-AC/ACRE, cujo conteúdo trata dos resultados da ação de controle desenvolvida no sentido de investigar possível esquema fraudulento operacionalizado no âmbito do DERACRE, descoberto mediante informações obtidas oriundas do Inquérito IPL 2021.0040799 – SR/PF/AC. Passou, então, a palavra à Senhora Lídia Lopes que informou sobre a condição dos servidores do Acre nessa circunstância, reportou o medo generalizado, o desconhecimento a respeito do que foi buscado e do que motivou o afastamento do Diretor, das consequências e implicações, e das condutas adequadas diante de uma Operação como essa. Em seguida, o Senhor Arthur Kelsen detalhou o que aparece como motivador do afastamento do servidor Luiz Guilherme na citada Nota Técnica da regional da Controladoria Geral da União - CGU. Relatou que o exame do órgão de controle focou na análise dos Custos Unitários dos Serviços, das Composições de Preços Unitários, Diagramas de Localização dos Insumos e percentuais de BDI – Bonificação e Despesas Indiretas dos serviços executados por meio do Contrato nº. 4.20.149A, cujo objeto é o desenvolvimento dos projetos de engenharia, a execução das obras e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do Contorno Rodoviário do município de Brasília/AC e a construção da ponte sobre o Rio Acre, situada nesse município. Acrescentou que, dentre outros elementos, a análise concluiu pela ocorrência de sobrepreço, o que recaiu sob a responsabilidade do servidor Luiz Guilherme Rodrigues de Mello por ter dado o ateste, aceitado e assinado o orçamento referencial no âmbito do DNIT, o que ensejou na sua alocação na lista de envolvidos no esquema fraudulento relatado na Nota. Diante dos esclarecimentos prestados pelos representantes das instâncias de Integridade, o Diretor-Geral Substituto abriu

espaço para discussão e contribuições dos presentes. Após o debate do assunto, exauridos os pontos levantados e pelos custos referenciais compreenderem conteúdo estritamente técnico, além desta matéria ser objeto frequente em pareceres aprovados na Autarquia, impactando inclusive em aprovações de projetos futuros, a Diretoria Colegiada **deliberou** por tomar as seguintes providências: **1)** solicitar à Diretoria de Planejamento e Pesquisa que elabore um Parecer Técnico a respeito do assunto, contemplando a metodologia utilizada na análise contida na citada Nota Técnica, cujo entendimento resultou na inclusão do servidor Luiz Guilherme Rodrigues de Mello no rol de investigados; **2)** em acordo com a indicação das instâncias de Integridade, executar o previsto na Portaria nº. 322/2020, que instituiu o Estágio de Preparação dos Superintendentes, como ação no preparo do recém nomeado Superintendente Regional do DNIT no estado de São Paulo; e **3)** realizar a alteração da Portaria para Ambientação de Novos Gestores na Autarquia, ampliando o rol de contemplados para que, além dos Superintendentes, sejam incluídos nesse processo novos Diretores e Coordenadores-Gerais, além de outras alterações necessárias à preservação dos servidores e das boas práticas no exercício das funções em cargos de confiança na Administração. Como ações posteriores, a Diretoria Colegiada também deliberou por realizar futuramente, após os esclarecimentos necessários advindos da primeira providência, uma apresentação para explicar o ocorrido e dar transparência e segurança para os servidores da Autarquia, tratando do que vem sendo feito para mitigar os efeitos e a repercussão negativa de investigações penais e demais atos de caráter correccional afetos ao DNIT; fomentar o fortalecimento institucional; deixar de firmar convênios quando o DNIT possuir estrutura para executar diretamente seu orçamento; avançar no processo de reestruturação do DNIT, restringindo a indicação de agentes sem vínculo efetivo com a Administração Pública para ocupação de cargos de comissão estratégicos na Autarquia. Finalizado esse tema, o Diretor-Geral Substituto iniciou a ordem do dia pelo exame do **Item 1. Relatos encaminhados pelas Diretorias Setoriais do DNIT**, quando relatou o seguinte assunto: **Relato nº. 3/2023/DIREX – Processo nº. 50600.036201/2019-72** – Assunto: Portaria que revoga e substitui a Portaria nº. 5260, de 8 de setembro de 2022, a qual designa os membros do Comitê de Governança, Estratégia e Riscos do DNIT. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 6/2023/DIREX – Processo nº. 50600.008701/2023-09** – Assunto: Pedido de aprovação do Relatório de Gestão do DNIT referente ao exercício de 2022. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Apresentados os relatos da Diretoria Executiva, o Diretor-Geral Substituto passou a palavra ao representante da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato nº. 34/2023/DIR – Processo nº. 50612.002473/2020-73** – Assunto: Terceiro termo aditivo referente à primeira Revisão de Projeto em Fase de Obras - 1ª RPFO, com reflexo financeiro positivo no valor de R\$1.445.636,95 (um milhão, quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos), referente ao Contrato nº. 293/2021, firmado com o Consórcio TRENA-CRIAR para executar as obras remanescentes de construção e pavimentação do Contorno de Jataí/GO na rodovia BR-060/GO, lote único. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 35/2023/DIR – Processo nº. 50621.000158/2023-45** – Assunto: Delegação de competência ao Superintendente Regional no estado de Sergipe para elaborar e aprovar a terceira Revisão de Projeto em Fase de Obras - 3ª RPFO, com reflexo financeiro positivo; e formalizar o termo aditivo decorrente, relativo ao Contrato nº. 21.00409/2021, firmado com a Construtora Luiz Costa Ltda. para executar a complementação das obras de duplicação da rodovia BR-101/SE, lote único. Informações finais a respeito da RPFO, inclusive o valor do reflexo financeiro, serão incluídas nos autos quando a supervisora apresentar a versão final da revisão. A Superintendência, na Nota Técnica 3 (SEI nº. 13807179), atesta que não haverá compensação entre acréscimos e decréscimos e não serão ultrapassados os limites legais para os acumulados até a referida RPFO. E, a celebração do termo estará condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada; ao exame do instrumento pela Procuradoria Federal Especializada do DNIT junto à Superintendência; ao exame e à aprovação dos preços não SICRO, caso haja, pela Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes - CGCIT/DPP; ao atendimento à Instrução Normativa nº. 12/2022, inclusive se houver inclusão de escopo; à observância do desconto da proposta original nos itens a serem aditivados; à obediência quanto ao limite legal estabelecido no parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 para os acréscimos ou supressões e à Lei nº. 12.462/2011, considerando, no caso em tela, as alterações já ocorridas no contrato rescindido e original, conforme justificativas já apresentadas nos autos. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 37/2023/DIR – Processo nº. 50616.000895/2022-36** – Assunto: Décimo sexto termo aditivo, decorrente da alteração de critério de pagamento, do tipo desmembramento do índice de reajustamento, sem reflexo financeiro, relativo ao Contrato nº. 355/2014, celebrado com o Consórcio IVAÍ-SETEP para executar obras de duplicação e restauração da pista existente, implantação de ruas laterais, recuperação, reforço, reabilitação e construção de obras de arte especiais na rodovia BR-470/SC, lote 2.6. A citada alteração consiste em criar um novo critério para fins de reajustamento, denominado “Produtos Siderúrgicos”, o qual abará os materiais “Aço e Derivados”, visando manter a justa remuneração do serviço em questão. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER. Apresentados os relatos da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, o Diretor-Geral Substituto

passou a palavra à Diretora de Administração e Finanças Substituta, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato Conjunto nº. 42/2023/DAF-DPP – Processo nº. 50611.000170/2022-98** – Assunto: Alteração da Portaria nº. 997/2022 que delega competência ao Superintendente Regional no estado do Mato Grosso para realizar procedimentos licitatórios, pelo Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; homologar e adjudicar a licitação; e representar o DNIT na lavratura do contrato, visando contratar empresa para elaborar estudos e projetos básicos e executivos de engenharia relativos a sete obras de arte especiais - OAEs na rodovia BR-242/MT. A alteração pretende incluir mais uma OAE no objeto da delegação, passando ao total de oito obras de arte especiais. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 49/2023/DAF-DPP – Processo nº. 50600.010150/2023-35** – Assunto: Portaria que cuida do regime de transição de que trata o artigo 191 da Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do DNIT. O normativo prevê que as contratações possam ser realizadas com fundamento nas Leis nº. 8.666/1993, nº. 10.520/2002 e nº. 12.462/2011, após o dia 01/04/2023, desde que cumpram requisitos até o dia 31/03/2023. Esses requisitos são os seguintes: 1) a contratação pretendida deverá constar no Plano de Contratações Anual de 2023 – PCA/2023 da respectiva UASG; 2) o processo de contratação deverá estar autuado e instruído, devendo ser aberto processo específico para cada contratação, no qual, ao menos, tenha sido incluído o Documento de Formalização da Demanda - DFD, nos moldes do estabelecido no artigo 21, inciso I da Instrução Normativa nº. 05/2017; 3) a opção expressa de utilização das Leis nº. 8.666/1993, nº. 10.520/2002 e nº. 12.462/2011, e dos artigos 1º a 47-A da Lei nº. 12.462, de 4 de agosto de 2011, deverá constar na fase preparatória de cada processo de contratação, com a ressalva de que, na fase preparatória do processo, deve constar, ao menos, o Documento de Formalização da Demanda - DFD; e 4) deverá constar a autorização pela autoridade competente da opção expressa de utilização das leis acima referidas em cada processo de contratação específico. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER. **Relato nº. 50/2023/DAF-DPP – Processo nº. 50600.011886/2022-40** – Assunto: Pedido de aprovação do Plano de Contratações Anual do DNIT para 2023 – PCA/2023, constante no Relatório de Itens PCA/2023 – 27/03/2023, o qual permitirá a contratação com base nas Leis nº. 8.666/1993 e nº. 10.520/2002; e nos artigos 1º a 47-A da Lei nº. 12.462/2011, após 31/03/2023. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER. Apresentados os relatos da Diretoria de Administração e Finanças, o Diretor-Geral Substituto passou a palavra ao Diretor de Planejamento e Pesquisa Substituto, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato nº. 29/2023/DPP – Processo nº. 50600.027327/2021-71** – Assunto: Pedido de alteração da Instrução Normativa nº. 11/DNIT SEDE, de 09 de abril de 2021, que estabelece os procedimentos e as orientações para o cadastro de informações de rotas dos fluxos de transporte de produtos perigosos a serem realizados pelos expedidores das cargas, conforme diretrizes do DNIT. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 31/2023/DPP – Processo nº. 50600.011886/2022-40** – Assunto: Aprovação da inclusão do item DFD nº. 91/2023 no Plano de Contratações Anual para 2023 – PCA/2023, relativo à contratação de empresa para elaborar projetos básico e executivo de engenharia correspondentes à execução das obras de implantação, duplicação, adequação de capacidade, restauração, melhorias de segurança e eliminação de segmentos críticos na rodovia BR-282/SC, no trecho entre a rodovia BR-101 (B) (Palhoça) e a BR-116 (Lages), com extensão total de 207,6 quilômetros. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 35/2023/DPP – Processo nº. 50600.504936/2017-71** – Assunto: Pedido de autorização para celebrar Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, visando ao cumprimento da compensação ambiental relativa ao licenciamento ambiental das obras de adequação da capacidade e melhorias operacionais das rodovias BR-116 e BR-392, no estado do Rio Grande do Sul, no trecho Pelotas/RS - Rio Grande/RS, cujo empreendimento foi autorizado pela Licença de Instalação – LI nº. 1034/2014 - 1ª Renovação, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em favor do DNIT. O valor atualizado a ser pago até o mês de dezembro de 2022 é de R\$3.180.301,32 (três milhões, cento e oitenta mil, trezentos e um reais e trinta e dois centavos). O prazo deve seguir o cronograma de desembolso a ser informado, o qual constará no Anexo II do instrumento a ser celebrado. A vigência do TCCA terá início a partir da assinatura dos signatários e do Presidente do Instituto e será estabelecida em consonância com a data de desembolso da última parcela, acrescida de seis meses, fixada sem possibilidade de prorrogação, conforme o artigo 14 da Instrução Normativa ICMBio nº. 7, de 10 de junho de 2020. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 36/2023/DPP – Processo nº. 50600.025297/2019-43** – Assunto: Sexto termo aditivo para rerratificação e supressão parcial de objeto, com redução de valor no montante de R\$365.473,60 (trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e três reais e sessenta centavos), referente ao Contrato nº. 502/2020, firmado com a empresa Ecoplan Engenharia Ltda. para elaborar estudos e projetos básicos e executivos de engenharia correspondentes ao alteamento, à restauração, à adequação de capacidade e à eliminação de pontos críticos da rodovia BR- 222/MA. A redução de valor justifica-se pela constatação da desnecessidade de estudos e projetos relativos a intervenções e serviços de

reabilitação nos Viadutos sobre E.F. Carajás II - Km 320+050; sobre E.F. Carajás II - Km 356+830; e sobre Ferrovia - Km 365+660. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato nº. 37/2023/DPP – Processo nº. 50600.038725/2022-01** – Assunto: Delegação de competência ao Superintendente Regional no estado do Pará para realizar procedimentos licitatórios, em todas as suas fases, visando contratar empresa para fornecimento dos seguintes veículos: duas pick-ups 4x4, zero quilômetro; uma van, zero quilômetro, com capacidade para 16 passageiros, no mínimo; um caminhão, zero quilômetro, com carroceria e CMT mínima 23 toneladas; um trator agrícola 75 cv; uma plantadeira 4 linhas; um distribuidor de adubo/calcário 600 kg; uma plaina agrícola dianteira; e uma carreta reboque agrícola 5 toneladas, com o objetivo de atender à condicionante específica, inscrita no item 2.15 da Licença de Instalação nº. 1.336/2020 - 1ª Retificação de 27/06/2022. A delegação contempla também a representação do DNIT na lavratura do contrato e a condução da gestão contratual. A citada condicionante refere-se ao licenciamento ambiental relativo às obras de pavimentação e implantação de obras de arte correntes e especiais na rodovia BR-230/PA, no trecho entre a Divisa PA-TO e o município de Rurópolis/PA, do Km 0 ao Km 984, totalizando 984 quilômetros de extensão; ao projeto de pavimentação e implantação de obras de arte correntes e especiais na rodovia BR-422/PA, no trecho do Entr. BR-230/PA ao Entr. PA-156 (Tucuruí), com 61,3 quilômetros de extensão; e à execução do Plano Básico Ambiental Indígena – PBAI. O orçamento estimado para a contratação é de R\$1.568.895,82 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e dois centavos). **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER. Apresentados os relatos da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, o Diretor-Geral Substituto passou a palavra à Diretora de Infraestrutura Aquaviária, que apresentou o seguinte assunto: **Relato nº. 14/2023/DAQ – Processo nº. 50600.049695/2022-51** – Assunto: Segundo termo aditivo para retificação de informações do primeiro termo aditivo, correspondente à prorrogação do prazo de vigência e de execução e à adequação de quantitativos com reflexo financeiro, relativo ao Contrato nº. 032/2021, firmado com a empresa Antonelly Construções e Serviços Eireli. para prestar serviços de operação, manutenção e regularização das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, localizadas nos municípios de Autazes, Barcelos, Careiro da Várzea, Itacoatiara - Novo Terminal, Itacoatiara, Novo Airão, Santa Isabel do Rio Negro e São Raimundo - Manaus, todas no estado do Amazonas; e Caracarái, no estado de Roraima, lote 6. A retificação consiste em ajustar os prazos de vigência e de execução, registrados como 989 e 899 dias, respectivamente, embora o correto seja 990 e 900 dias; as datas finais de vigência e execução, inseridos como 21/10/2023 e 21/7/2023, respectivamente, apesar do correto ser 18/10/2023 e 20/7/2023; e o percentual da garantia, lançado como 10% do valor do contrato, mas o correto é 5%. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Em seguida, o Diretor-Geral Substituto passou ao exame do **Item 2. Aprovação e assinatura da Ata da 10ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, datada de 22 de março de 2023.** Os membros do Colegiado não manifestaram oposição ao conteúdo da Ata e a aprovaram. A Ata foi então disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informações do DNIT – SEI/DNIT para assinatura dos participantes. Os Relatos apresentados nesta Reunião têm os seus conteúdos integrais registrados no bojo dos processos administrativos mencionados nesta Ata, os quais se encontram arquivados e disponíveis no SEI/DNIT. A planilha de avaliação de riscos relativa aos assuntos aqui tratados comporá anexo desta Ata, estando disponível também no SEI/DNIT, por meio do documento SEI nº. 14087128. Nada mais havendo a tratar, o Diretor-Geral Substituto encerrou a reunião às doze horas e quinze minutos, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária da Diretoria Colegiada, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Diretor-Geral Substituto e demais membros.-----

(assinado eletronicamente)

Fabricao de Oliveira Galvão
Diretor-Geral Substituto
Diretor Executivo Substituto

(assinado eletronicamente)

Fernanda Gimenez Machado Faé
Diretora de Administração e Finanças Substituta

(assinado eletronicamente)

Bruno Vendramini dos Santos
Diretor de Planejamento e Pesquisa Substituto

(assinado eletronicamente)
Karoline Brasileiro Quirino Lemos
Diretora de Infraestrutura Aquaviária

(assinado eletronicamente)
Eloi Angelo Palma Filho
Diretor de Infraestrutura Ferroviária Substituto

(assinado eletronicamente)
Marcela Braz do Couto
Secretária da Diretoria Colegiada



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Braz do Couto, Secretária da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração**, em 05/04/2023, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eloi Angelo Palma Filho, Diretor de Infraestrutura Ferroviária - Substituto(a)**, em 05/04/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Gimenez Machado Fae, Diretora de Administração e Finanças-Substituta**, em 05/04/2023, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Vendramini dos Santos, Diretor de Planejamento e Pesquisa-Substituto(a)**, em 05/04/2023, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício de Oliveira Galvão, Diretor Geral-Substituto**, em 05/04/2023, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karoline Brasileiro Quirino Lemos, Diretor(a) de Infraestrutura Aquaviária**, em 11/04/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14201654** e o código CRC **566FD5FE**.